

Juiz da “lava jato” participa de treinamento de tiro e posa com fuzil

Após dizer sentir-se ameaçado por investigados da operação "lava jato" no Rio de Janeiro, como o ex-governador Sérgio Cabral (PMDB), o juiz da 7ª Vara Federal Criminal do estado participou de treinamento de tiro ao alvo oferecido pela Polícia Civil.



Marcelo Bretas ✓
@mcbretas

Seguir

Agradeço à Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro pelo treinamento, bem como à Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro pela escolta pessoal, e ainda ao amigo Desembargador Paulo Rangel do TJRJ pelo apoio.
Estamos juntos!



07:32 - 1 de dez de 2017

O juiz Marcelo Bretas (à esquerda do alvo) e o desembargador Paulo Rangel (à direita do alvo) posaram com fuzis.

Twitter

Para documentar sua participação, Bretas postou foto em seu Twitter empunhando um fuzil ao lado de



um alvo. O desembargador Paulo Rangel, do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, também aparece na imagem com uma arma.

Em abril, Bretas pediu e obteve [reforço](#) em sua segurança pessoal. A medida veio após ele supostamente ter recebido três ameaças de morte. Duas delas teriam vindo de presídios onde se encontram investigados pela "lava jato".

Mas a gota d'água teria sido a ida de dois homens à Justiça Federal do Rio em fevereiro. Lá, eles teriam feito diversas perguntas sobre a rotina do juiz aos funcionários do local.

Já em outubro, pelo fato de Sérgio Cabral ter mencionado que a família de Marcelo Bretas é dona de uma empresa de bijuterias, o magistrado determinou a transferência do político para um presídio federal.

De acordo com Bretas, a fala de Cabral pode ser entendida como uma ameaça e mostra que ele está tendo acesso a informações indevidas na cadeia de Benfica, onde está.

"Será possível que isso aqui representou algum tipo de ameaça velada? Eu não sei. É inusual. De fato, é. Bom, o fato é que como, seja por, ainda que levemente ou sutilmente, existir a possibilidade de que se esteja tentando de alguma forma obstaculizar ou impedir que prossigam os trabalhos, seja por demonstração de que a segurança ou o controle na custódia não é tão efetivo assim, não está funcionando", escreveu o juiz federal, ao enviar Cabral para um presídio destinado a presos particularmente perigoso.

Advogados que acompanham o caso [afirmaram](#) à **ConJur** que a medida era arbitrária, abusiva e ilegal.

Uma semana depois, o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, [suspendeu](#) a transferência de Cabral para um presídio federal. Em liminar, o ministro disse que dar privilégios a um preso é grave, mas não chega a ser ameaça à segurança da sociedade.

**Texto alterado às 17h31 do dia 1/12/2017 para correção de informações.*

Autores: Redação ConJur